

*“Autoriza o Poder Executivo a instituir o
Programa de Cooperação e o Código
Sinal Vermelho, no âmbito do
município de Santa Luzia, visando o
combate e a prevenção à violência
contra a mulher”.*

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito do Município de Santa Luzia, o Programa de Cooperação e o Código Sinal Vermelho, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência, em especial a violência doméstica e familiar nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Parágrafo Único. O código “sinal vermelho” constitui forma de combate e prevenção à violência contra a mulher, através do qual pode dizer “sinal vermelho” ou sinalizar e efetivar o pedido de socorro e ajuda expondo a mão com uma marca em seu centro, na forma de um “X”, feita preferencialmente com batom vermelho e, em caso de impossibilidade, com caneta ou outro material acessível, se possível na cor vermelha, a ser mostrado com a mão aberta, para clara comunicação do pedido.

Art. 2º O protocolo básico e mínimo do programa de que trata esta Lei consiste em que, ao identificar o pedido de socorro e ajuda, conforme descrito no parágrafo único do art. 1º, ou ao ouvir o código “sinal vermelho”, o atendente de farmácias, repartições públicas e instituições privadas, portarias de condomínios, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, lojas comerciais, administração de shopping center ou supermercados, proceda a coleta do nome da vítima, seu endereço ou telefone, e ligue imediatamente para o número 190 (Polícia Militar).

Parágrafo Único. Sempre que possível, a vítima será conduzida, de forma sigilosa e com discrição, a local reservado no estabelecimento para aguardar a chegada da autoridade de segurança pública.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a promover ações para a integração e cooperação com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, órgãos de segurança pública, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, associações nacionais e internacionais, representantes ou entidades representativas de farmácias, repartições públicas e instituições privadas, portarias de condomínios, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, lojas comerciais, administração de shopping center ou supermercados, objetivando a promoção e efetivação do Programa e de outras formas de combate e prevenção à violência contra a mulher, conforme disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.340/2006.

Art. 4º O Poder Executivo poderá, ainda, promover ações a fim de viabilizar a construção de protocolos específicos de assistência e segurança às mulheres em situação de violência através do efetivo diálogo com a sociedade civil, os equipamentos públicos de atendimento às mulheres e os conselhos, organizações e entidades com reconhecida atuação no combate e



prevenção à violência contra a mulher, devendo integrar medidas a serem aplicadas no momento em que a vítima efetuar o pedido, mesmo que impossibilitada de informar os seus dados pessoais.

Art. 5º O Poder Executivo poderá promover campanhas necessárias para promoção e efetivação do acesso das mulheres em situação de violência doméstica, bem como da sociedade civil, aos protocolos e medidas de proteção previstos nesta Lei.

Art. 6º Fica autorizado o Poder Executivo a disponibilizar em site eletrônico oficial, a relação de estabelecimentos que participam do Programa instituído por esta Lei.

Art. 7º Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Santa Luzia, 14 de outubro de 2021

Vereador Henry Santos



JUSTIFICATIVA

Projetos semelhantes a este têm sido apresentados em vários Municípios e Estados de todo o país, tendo em vista que a violência contra a mulher vem crescendo constantemente no Brasil, havendo um aumento no número de casos durante o isolamento social, causado pela pandemia do novo coronavírus.

Em 2020, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Brasil registrou pelos canais Disque 100 e 180 uma denúncia de violência contra a mulher a cada 5 minutos.

Ao todo, foram 105.671 denúncias, das quais 72% de violência e familiar e outros 22% de violações de direitos civis e políticos – como tráfico de pessoas, cárcere privado e condições análogas à escravidão. Ainda segundo o levantamento, a maioria das vítimas é de mulheres pardas, de 35 a 39 anos e com renda de até um salário-mínimo.

A pandemia da COVID-19 tem impactado essa triste realidade, uma vez que provocou alterações significativas na vida em sociedade, sobretudo na convivência familiar. Se, por um lado, o isolamento social intensifica o tempo de permanência das famílias no interior das residências – o que em tese aumenta os casos de violência –, por outro lado, dificulta o acesso às instituições públicas que integram a rede de atendimento às mulheres para o registro das denúncias.

A proposta em questão, trazida por este Projeto de Lei foi inspirada na estratégia da campanha “sinal vermelho” promovida pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, visando ampliar as possibilidades de pedido de socorro e ajuda para as mulheres vítimas de violência.

Pelo acima exposto, com o devido respeito, submetemos o presente Projeto de Lei à elevada apreciação dos nobres Vereadores que integram esta Casa Legislativa, na esperança e certeza de que, após regular tramitação, seja a final deliberada e aprovada na devida forma.

Câmara Municipal de Santa Luzia, 14 de outubro de 2021

Vereador Henry Santos

